

O Cerrado na demanda pela patrimonialização do ofício de raizeira/o¹

Marília Amaral

Doutoranda em Antropologia Social pelo PPGAS-MN/UFRJ e Analista em Patrimônio Cultural no IPHAN

RESUMO: O objetivo do trabalho é compreender a narrativa construída em torno do “bioma Cerrado” e o peso da dimensão ambiental na demanda pela patrimonialização do ofício de raizeira e raizeiro do Cerrado, a qual ainda não foi concluída, estando atualmente em andamento. Por meio da pesquisa, observou-se que o “bioma Cerrado” e a preservação ambiental ocupam posições de destaque nessa candidatura a patrimônio cultural, conferindo unidade à diversidade de “perfis” de raizeiras e raizeiros, distribuídos pelos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão. O ofício representa um modo alternativo de gestão da ecologia e o movimento pela sua patrimonialização significa uma aproximação em relação aos setores não só do meio ambiente, mas também da cultura, em busca de legitimidade para desempenhar a atividade.

Palavras-chave: raizeira/o; Cerrado; patrimônio cultural.

1. Demanda pela patrimonialização do ofício de raizeira/o do Cerrado

A Articulação Pacari, coletivo composto por diferentes grupos que se utilizam dos saberes locais sobre as plantas do bioma Cerrado para a produção de remédios caseiros, enviou, em 2006, pedido formal de registro² ao Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (Iphan), visando à patrimonialização do que posteriormente ficou definido como o ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado.

Segundo a documentação relativa à demanda por registro, “As farmacinhas produzem em média 14 formas de remédios caseiros: garrafada, tintura, xarope, vinagre medicinal, pomada, creme, sabonete, pílula, bala medicinal ou pastilha, doce ou geleia medicinal, óleo medicado, pó, chá (planta seca), e multimistura. Dessas 14 formas, são

¹ Trabalho apresentado na 34ª Reunião Brasileira de Antropologia (Ano: 2024).

² Registro é o instrumento jurídico instituído no âmbito do governo federal para reconhecer bens de natureza imaterial como patrimônio cultural do Brasil (Decreto nº 3.551/2000).

produzidos, em média, 40 tipos diferentes de remédios, com o uso de aproximadamente 70 espécies de plantas medicinais”.

A Associação Pacari, demandante da patrimonialização em tela, foi criada, conforme D’Almeida (2018), em 2005, ano anterior à demanda por registro ao Iphan, embora já existisse como coletivo não formalizado³. O nome dado ao coletivo deve-se a características da árvore. Localizada em ambientes do Cerrado, sendo que suas sementes são espalhadas pelo vento, a Pacari é, por este motivo, comumente encontrada próxima a outras variedades de plantas.

O grupo optou por se autodenominar dessa maneira a fim de simbolizar a agregação de distintos sujeitos e comunidades que integram a articulação e estão “espalhados pelo bioma Cerrado”, como explicitado nas fontes de pesquisa consultadas. Tais fontes são: a) o “processo administrativo” relativo ao pedido formal de registro do ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado como patrimônio cultural do Brasil; b) o livro “Farmacopeia Popular do Cerrado” (2010), publicação em formato digital produzida pelo coletivo responsável pelo pedido; c) o “Protocolo Comunitário Biocultural das Raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional” (2015), outra publicação desenvolvida por iniciativa desse coletivo.

Com relação à representatividade da Articulação Pacari, ela abrange praticantes do ofício em regiões dos estados de Minas Gerais, Goiás, Mato Grosso do Sul, Tocantins e Maranhão, não havendo menção expressa ao Distrito Federal e demais porções de outros estados que, conforme o Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade (ICMBio), fazem parte do bioma Cerrado. De acordo com o sítio eletrônico do ICMBio, “O Cerrado é um dos cinco grandes biomas do Brasil, cobrindo cerca de 25% do território nacional e perfazendo uma área entre 1,8 e 2 milhões de km² nos Estados de Goiás, Tocantins, Mato Grosso do Sul, sul do Mato Grosso, oeste de Minas Gerais, Distrito Federal, oeste da Bahia, sul do Maranhão, oeste do Piauí e porções do Estado de São Paulo”.

Na demanda por reconhecimento como patrimônio cultural, a associação apresentou-se como “rede socioambiental” formada por integrantes da sociedade civil que trabalham com “saúde comunitária, cultura e meio ambiente” e sua sede está localizada na Cidade de Goiás. A rede mobilizadora abarca um grupo extenso e

³ Essa constituição como associação formalizada está relacionada à questão da identificação dos representantes legítimos de povos tradicionais no âmbito das políticas governamentais, a qual vem gerando a criação de novos sujeitos de direito, isto é, personalidades jurídicas (CARNEIRO DA CUNHA, 2017).

heterogêneo de pessoas envolvidas no ofício, localizadas em distintas regiões desses estados do Cerrado, totalizando quase 300 integrantes de maioria formada por mulheres de zonas rurais vinculadas à igreja católica (pastorais), conforme perfil predominante sintetizado por D’Almeida (2018), embora também façam parte da articulação comunidades indígenas e quilombolas.

Dentre os quilombolas, é possível mencionar as comunidades Kalunga, do Buracão e do Cedro, no estado de Goiás, sendo que na última funciona o Centro Comunitário de Plantas Medicinais do Quilombo do Cedro. Dentre os indígenas, nas fontes verificadas, é feita menção aos povos Pataxó-Pankararu e Xakriabá, no estado de Minas Gerais. Além disso, fazem parte do coletivo assentamentos da reforma agrária, grupos de mulheres, centros comunitários, farmacinhas comunitárias, agricultores e extrativistas, para além de agentes pastorais, quilombolas e indígenas já mencionados. Não é raro que as pessoas praticantes desse ofício dominem também outros saberes, como o de parteiras, benzedeira/es e rezadeira/es, aspecto para o qual o próprio grupo chama a atenção nas fontes de pesquisa analisadas.

Não está definido com precisão no material consultado o número total de pessoas que se identificam como raizeiras e raizeiros do Cerrado dentro da Articulação Pacari (isto é, dentre os seus quase 300 integrantes). Assim, o próprio grupo tem realizado uma série de reuniões, encontros e mapeamentos com vistas a identificar os sujeitos que se reconhecem dessa maneira e os seus saberes relativos ao uso das plantas no Cerrado.

2. Posição de destaque do bioma Cerrado

Na justificativa do pedido de patrimonialização, a Associação Pacari destacou o “bioma Cerrado” como um dos “mais ameaçados do mundo” e dedicou alguns parágrafos para a sua caracterização.

No descritivo, a “extraordinária biodiversidade” do Cerrado foi salientada, bem como a sua flora, fauna e nascentes de água de relevância nacional. Sobre o potencial hídrico do Cerrado, no protocolo comunitário das raizeiras, ele é caracterizado como “mãe d’água do Brasil” por possuir nascentes de grandes rios e alimentar relevantes bacias hidrográficas brasileiras:

O Cerrado também é considerado a ‘mãe d’água do Brasil’, por possuir as nascentes de grandes rios, como o São Francisco, o Araguaia, o Xingu e o Tocantins. Suas águas alimentam seis importantes bacias

hidrográficas brasileiras, entre elas a bacia Amazônica e a bacia dos rios Paraná e Paraguai (DIAS e LAUREANO, 2015, p. 7).

O material produzido pelo coletivo para a candidatura a patrimônio também explica que o Cerrado é um dos biomas mais ameaçados do mundo, tendo perdido 70% de sua cobertura vegetal natural e apresentando alto índice de degradação. Na justificativa do pedido de registro, o grupo expôs então que:

Ocupando cerca de 24% do território nacional, o Cerrado é fonte de recursos naturais para as comunidades locais, principalmente para a saúde, alimentação e artesanato.

Um dos exemplos deste valor é a diversidade de raízes, entrecascas, resinas, óleos, folhas, flores, etc que são primorosamente manejados pelos povos do Cerrado para a prática da medicina popular.

Face ao exposto, o conhecimento e os usos feitos pelos “povos do Cerrado” quanto à diversidade de recursos naturais do bioma foram sublinhados. A Articulação Pacari definiu as raizeiras e raizeiros como “conhecedores de referência nas comunidades locais, vivem da coleta de frutos e plantas medicinais e recebem as pessoas em suas casas para cuidar das doenças mais comuns através de remédios caseiros”. Em complemento a essa descrição, o coletivo detalhou que:

Os frutos servem para a alimentação e também para extrair óleos com propriedades medicinais (azeite de buriti, óleo de babaçu, manteiga de bacuri, etc). Das plantas medicinais coletam raízes, semente, cascas, flores, folhas e resinas que servem de matéria-prima na preparação de remédios caseiros (batata de purga, vagem da sucupira, casca de barbatimão, folha de congonha, resina de angico, etc).

Para eles, a valorização dos “modos de fazer da medicina popular” promove tanto a preservação ambiental como a proteção dos conhecimentos tradicionais relativos ao meio ambiente. No que tange às “relações multiespécie”, isto é, aquelas que se dão com as plantas, os animais e demais seres vivos, é possível diferenciar o modo de atuação das raizeiras e raizeiros do Cerrado em relação aos empreendimentos voltados à monocultura, fator demarcado pelo grupo que está pleiteando a patrimonialização em tela.

Nos sistemas voltados à monocultura, tanto as pessoas, como as plantas e os animais, são abstraídas de modo a se tornarem recursos ou investimentos e isto está relacionado à padronização do mundo, atuando em contínua tensão com a diversidade natural e cultural ao operar mediante réplicas e escalabilidades (MITMAN; HARAWAY e TSING, 2019). Desse modo, diferentemente do tratamento abstraído como recurso ou investimento, existe todo um procedimento por parte dos raizeiros que compõe o processo de coleta, englobando rezas e rituais, referências a seres do mundo espiritual, a

observação das fases da lua e das relações das plantas com os demais seres da fauna e flora antes de se proceder à coleta, sendo que os remédios produzidos são utilizados inclusive para uso veterinário. Além disso, é possível mencionar as diferenças na forma de classificação das plantas a partir dos regimes de conhecimento próprios de cada grupo, possuindo uma diversidade de denominações que transcende a taxonomia científica oficial.

Nesse sentido, observa-se nessa candidatura a ênfase que o grupo demandante da patrimonialização dá ao manejo e uso sustentável dos recursos do Cerrado, predominando o argumento concernente à biodiversidade e a questão da preservação ambiental do Cerrado, embora também haja a sua caracterização como prática que visa a curas, sendo mencionadas algumas controvérsias relacionadas às regulamentações da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa) e à necessidade de legitimidade para o desempenho da prática e comercialização dos remédios caseiros (mediante cobrança de baixo valor e sem inviabilizar a prática de doações).

É importante apontar que a formulação inicial do pedido de patrimonialização (em 2006) passou depois por reconfigurações (em 2009). Desse modo, se em um primeiro momento, o enfoque da associação recaiu sobre o livro da “Farmacopeia Popular do Cerrado”, posteriormente, isto é, após sugestão de instância colegiada e de técnicos do Iphan, houve sua modificação no sentido de tornar central os saberes das pessoas que exercem essas práticas e não a farmacopeia em si. Assim, tal instância sugeriu o foco nos ofícios e saberes relativos ao documentado no livro.

A reformulação da justificativa para o pedido de patrimonialização dedicou uma seção específica ao Cerrado, intitulada “Bioma Cerrado - uso sustentável associado aos conhecimentos tradicionais”. Nela, a perda da cobertura vegetal natural do bioma foi descrita como resultado do avanço da fronteira agrícola, principalmente das monoculturas e pastagens que teriam imposto um modelo de ocupação da terra, desconsiderando os sistemas locais de produção diversificada e a soberania alimentar dos povos do Cerrado.

Um levantamento preliminar do Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC)⁴ do Ofício de Raizeira e Raizeiro do Cerrado teve conclusões exemplificativas do foco na preservação ambiental dessa candidatura. Realizada no âmbito do processo de

⁴ Conforme o sítio eletrônico do Iphan: “O Inventário Nacional de Referências Culturais (INRC) é uma metodologia de pesquisa desenvolvida pelo Iphan para produzir conhecimento sobre os domínios da vida social aos quais são atribuídos sentidos e valores e que, portanto, constituem marcos e referências de identidade para determinado grupo social”.

pedido de registro, a pesquisa concluiu pela existência de diferentes “perfis” de raizeiras e raizeiros (indígenas, quilombolas, extrativistas, entre outros), contudo preponderou a construção de uma unidade na descrição acerca do que seria o ofício, construída em torno do bioma Cerrado.

Com relação ao item “dificuldades e desafios de raizeiras e raizeiros do Cerrado”, do INRC do Ofício de Raizeira e Raizeiro do Cerrado, fica evidente o peso da questão ambiental na construção da unidade do grupo e no desempenho do ofício, de modo que são apontados por eles alguns entraves à livre prática da atividade, entre os quais:

- a) Falta de legislação que assegure o direito do uso tradicional e sustentável dos recursos naturais no cuidado com a saúde; [...]
- e) Conversão de ecossistemas naturais em monoculturas e perda de biodiversidade do Cerrado;
- f) Falta de áreas comunitárias para o manejo sustentável de plantas medicinais; [...]

A partir desses elementos, nota-se então a centralidade do “bioma Cerrado” nessa candidatura como patrimônio cultural do Brasil, como fator de unidade da diversidade de raizeiros e raizeiros. Simão e Rodrigues (2019) comentam o intenso processo vivido pelo grupo até as mobilizações pelo reconhecimento da prática como patrimônio cultural. Assim, antes mesmo do pedido, o coletivo conseguiu se afirmar como sujeito político e se articular com o setor público ambiental e com fundos e instituições de pesquisa internacionais, o que possibilitou a produção do livro concernente à farmacopeia popular do Cerrado e do seu próprio protocolo comunitário.

As raizeiras e raizeiros do Cerrado se configuram como um movimento de mobilização política contra hegemônico em relação a circuitos oficiais agroindustriais, constituindo resistência junto a outras comunidades e culturas no sentido da valorização da diversidade natural e cultural do bioma. As relações do grupo com o trabalho e com a terra têm características diferentes daquelas que fundamentam as monoculturas e as *plantations*, gerando lutas permanentes para assegurar o território, base essencial da vida desses povos no Cerrado

Apesar do “legado da *plantation*”, marcado pela desigualdade, imposição e conflito, pela opressão racial e violência (MOORE, ALLEWAERT, GÓMEZ e MITMAN, 2021), Santos (2015), ou Antônio Bispo, como é mais conhecido, exalta as resistências dos modos alternativos de plantação e a gestão da ecologia realizada por determinados segmentos, de maneira a indicar formas possíveis de futuro, ao passo que

tais modelos operam com base em ações menos nocivas de relacionamento com a natureza e o meio ambiente. Embora ainda desacreditados como modelos econômicos viáveis, esses movimentos de resistência têm buscado e alcançado de diferentes formas cada vez mais legitimidade, conquistando espaços e proliferando diferenças, ao invés de acabar com elas.

3. Considerações finais

Embora a migração não seja um fenômeno recente, houve no Cerrado um impulso migratório específico entre os anos de 1950 e 1970 diretamente ligado à expansão do agronegócio, uma vez que era concebido como espaço “vazio”, a ser explorado, de modo que as populações nativas foram desconsideradas nesse processo (HEREDIA, PALMEIRA e LEITE, 2010; RUMSTAIN, 2012 e 2015; MARQUES, 2015).

Essas populações foram associadas ao atraso e à degradação, ao passo que a instalação de complexos agroindustriais e a chegada de migrantes do sul associaram-se ao progresso. Assim, as florestas e vegetações nativas foram substituídas paulatinamente pela monocultura de soja, milho, algodão, eucalipto e outras em produções de larga escala, alterando a paisagem e gerando tensões em torno da ocupação e propriedade da terra. Isso posto, os empreendimentos agroindustriais tornaram a região foco de conflitos permanentes envolvendo as populações camponesas do Cerrado.

Conforme o Protocolo Comunitário produzido pela Articulação Pacari:

Atualmente vivem no Cerrado mais de 80 povos indígenas e uma grande diversidade de povos tradicionais, como ribeirinhos, raizeiras, quilombolas, quebradeiras de coco babaçu, entre outros. Estes povos fazem o uso sustentável de flores, óleos, frutos, folhas, madeiras, sementes, raízes, cascas e resinas para a sua alimentação, medicina, vestuário, moradia, utensílios, ferramentas, móveis e artesanato (DIAS e LAUREANO, 2015, p. 7).

Essas populações demonstram que existem diferentes maneiras de se estabelecer relações com a terra, as plantas e o ambiente para além da *plantation* e seu *modus operandi* vinculado à superexploração da força de trabalho, à segregação espacial e racial e à domesticação da natureza via uniformização das paisagens e desenvolvimento de redes tecnocientíficas. Apesar de ser este o modelo hegemônico, as raizeiras/os e demais povos do Cerrado evidenciam a existência de movimentos de resistência, que continuam afirmando a sua posição e reivindicando direitos.

É nesse sentido que a dimensão ecológica do ofício de raizeiras e raizeiros do Cerrado é acionada por eles, conferindo unidade à diversidade de perfis de raizeiros identificados, além de se contrapor à destruição ambiental e de estabelecer um diferencial para a candidatura a patrimônio cultural. O bioma funciona então como elemento unificador, distintivo e legitimador do ofício.

4. Referências bibliográficas

BRASIL. **Processo Administrativo nº 01450.010388/2006-15**, referente ao registro como Patrimônio Cultural do Brasil do Ofício de Raizeiras e Raizeiros no Cerrado (Farmacopeia Popular do Cerrado). Brasília: Iphan. Disponível em: < :: [SEI - Pesquisa Pública :: \(iphan.gov.br\)](http://SEI - Pesquisa Pública :: (iphan.gov.br)) >. Acesso em 09 de julho de 2022.

CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. “Cultura” e cultura: conhecimentos tradicionais e direitos intelectuais. In: CARNEIRO DA CUNHA, Manuela. **Cultura com aspas e outros ensaios: Manuela Carneiro da Cunha**. São Paulo: Ubu Editora, 2017.

D'ALMEIDA, Sabrina Soares. **Guardiãs das folhas: mobilização identitária de raizeiras do cerrado e a autorregulação do ofício**. 2018. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2018.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (org.). **Protocolo comunitário biocultural das raizeiras do Cerrado: direito consuetudinário de praticar a medicina tradicional**. Turmalina: Articulação Pacari, 2015. Disponível em: <https://absch.cbd.int/api/v2013/documents/E5195138-7269-5615-AD9E-E25D19844AFB/attachments/202716/Protocolo_Comunitario-Raizeiras.pdf>. Acesso em 09 de julho de 2022.

DIAS, Jaqueline Evangelista; LAUREANO, Lourdes Cardozo. (coord.). **Farmacopéia popular do Cerrado**. Goiás: Articulação Pacari, 2010. Disponível em: <[AVA ICMBio: Midiateca](#)>. Acesso em 09 de julho de 2022.

HEREDIA, Beatriz; PALMEIRA, Moacir; LEITE, Sérgio P. Sociedade e Economia do “Agronegócio” no Brasil. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**, v. 25, n. 74, 2010.

MARQUES, Ana Claudia. **"Negócios de Família". Em Percurso e Destino: Parentesco e família no sertão de Pernambuco e Médio-Norte do Mato Grosso**. (Capítulo 5) Texto apresentado ao concurso de livre-docência, Departamento de Antropologia, Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas - Universidade de São Paulo, 2015.

MITMAN, Gregg; HARAWAY, Donna & TSING, Anna. **Reflections on the Plantationocene (mesa redonda)**. Edge Effects, Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2019. <https://edgeeffects.net/haraway-tsing-plantationocene/>

MOORE, Sophie Sapp; ALLEWAERT, Monique; GÓMEZ, Pablo; MITMAN, Gregg. 2021. "Plantation Legacies". Em **Edge Effects** -Center for Culture, History, and Environment in the Nelson Institute at the University of Wisconsin-Madison, 2021. <https://edgeeffects.net/plantation-legacies-plantationocene/>

RUMSTAIN, A. **Peões no trecho: trajetórias e estratégias de mobilidade no Mato Grosso**, n. 2, Editora E-papers, 2012.

RUMSTAIN, A, **A Casa e o Mundo: família e trabalho na dinâmica das idas e vindas do “mundo da vida” e da “vida no mundo”**. - Rio de Janeiro: Tese de Doutorado, UFRJ, 2015.

SANTOS, Antonio Bispo dos. **Colonização, Quilombos. Modos e significações**. Brasília: INCTI-UnB/CNPq, 2015.

SIMÃO, Lucieni de Menezes; RODRIGUES, Mariana Leal. Rede Fitovida: dez anos em busca do Registro de Patrimônio Cultural Imaterial. In: TAMASO, Izabela; GOLÇALVES, Renata de Sá; VASSALLO, Simone (Orgs.). **A antropologia na esfera pública: patrimônios culturais e museus**. Goiânia: Editora da Imprensa Universitária, 2019.